



Comitê de Política Monetária reduz taxa Selic para 14,25% ao ano

Receita paga lote especial de restituição automática em julho

Página 3

Estado de São Paulo supera 200 mil transferências digitais de veículos

Página 2

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com algumas nuvens. Não chove. **24°C**
9°C



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,17
Venda: 5,17

Turismo
Compra: 5,19
Venda: 5,37

EURO

Compra: 5,93
Venda: 5,93

Economia brasileira cresceu 0,1% em abril, estima prévia da FGV



Foto: Fernando Frazarotti

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu na quarta-feira (17) em 0,25 ponto percentual a Taxa Selic, que passará de 14,50% para 14,25% ao ano.

Esta é a terceira vez consecutiva que o comitê reduz os juros.

O BC utiliza a Selic, os juros básicos da economia, como um instrumento para reduzir o ritmo da atividade econômica e, com isso, tentar controlar a inflação.

Quando o juro sobe ou fica alto por muito tempo, o crédito encarece, ficando mais caro

para quem compra no cartão, nas parcelas de produtos e no financiamento de imóveis, levando a uma perda de força no consumo.

Quando há redução, a perspectiva é de estímulo para a economia e de menor risco de descontrole nos preços.

Na reunião anterior, em abril, o comitê apontou como justificativa para um ritmo menor na queda dos juros as incertezas sobre os desdobramentos dos conflitos geopolíticos no Oriente Médio e as expectativas para inflação em alta por período mais prolongado.

Página 3

Campanha do Agasalho 2026 arrecada doações em unidades da USP na capital

Página 2

Apple libera sistema de pagamentos em aplicativos no Brasil após acordo com o Cade

Página 4

Sala de situação articula preparação do país para o "Super El Niño"

Página 6

Esporte

SM Kart Competition termina primeiro turno em festa

O dia frio foi apenas um detalhe na quinta etapa do SM Kart Competition. Apesar da baixa temperatura no último domingo (14/6) dentro do Kartódromo de Interlagos, na zona sul de São Paulo, 181 pilotos se divertiram em 12 corridas, que compuseram 15 categorias em disputas muito quentes para encerrar o primeiro turno de um dos maiores campeonatos de Rental Kart do Brasil.

Todas as seis horas de evento tiveram transmissão ao vivo pelo youtube, e os pilotos concorreram a 136 troféus, 377 prêmios e brindes sorteados, como, macacão e luvas DKR e sapatilhas KDA. Nova-

mente houve Feirinha de produtos e artesanatos, e degustação de Biscoitos Aldeia da Serra.

Confira os primeiros colocados em cada bateria da quinta etapa do SM Kart Competition:

SANTIDADE

1º Diego Santana; 2º Gabriel da Paixão; 3º Anderson Tanaka.

MARIOROTAMA

1º Jeferson Jara; 2º André José; 3º Eriel Fernando S.

ESTREANTES FEMININA

1º Maria Victoria; 2º Paola Feliciano; 3º Maria Nardino.

SÊNIOR

1º Marcelo Carvalhaes; 2º Zezeias Bezerra; 3º Rodrigo Oliveira.

SUPER SÊNIOR

1º Marco Verga; 2º Fernando Teles; 3º Miguel Sacramento.



Foram 12 corridas do SM Kart Competition em 6 horas de evento

GRADUADOS

1º Ed Gahr; 2º Giovanni Ferreira; 3º Guilherme Machado.

ESTREANTES MISTO

1º Lorenzo Mezadri; 2º Guilherme Hugo Araujo; 3º Renan Mendes.

NOVATOS LIGHT

1º Nicolas Aguiar Moreira; 2º Diego Costa; 3º Caio Lemos.

NOVATOS MISTO

1º Diego Martins Bacchi; 2º Felipe Aguiar Carreira; 3º Matheus Gomes.

MANÍACOS DO KART

1º Luiz Felipe Paiva; 2º Peterson Rodrigues; 3º Valdo Gregorio.

SPEED PRÓ

1º Parassumara Santana; 2º Lucas Dangelo; 3º João Gabriel.

DUPLAS – SÊNIOR/SUPER SÊNIOR

1º Simply the best; 2º MRC Racing; 3º AG Racing.

TRIO SPEED ANGELS – GERAL

1º Rebeca Friese Machado; 2º Lara Kraft; 3º Jessica Munic.

SPEED ANGELS LIGHT

1º Claudia Franco; 2º Rafaela Moreira; 3º Jessica Tanaka.

GRADUADAS B

1º Rebeca Friese; 2º Aurelia Freitas; 3º Maria Victoria.

GRADUADAS

1º Lara Kraft; 2º Jessica Munic; 3º Alexandra Amadeo.

TRIOSPEED ANGELS

1º Ovaratke Gils; 2º Trinity Speed; 3º Velozes e Furiosas.

SP Open anuncia Paula Badosa na 2ª edição do WTA



Paula Badosa

Seguindo a onda de notícias da segunda edição, o SP Open anuncia na quinta-feira (18) a confirmação da espanhola Paula Badosa, ex-número dois do mundo, que se junta a Leylah Fernandez, Beatriz Haddad

Maia e Luisa Stefani no lineup do maior torneio de tênis feminino disputado no Brasil.

O WTA da maior cidade das Américas acontece entre os dias 12 e 20 de setembro, no Parque Villa-Lobos. Os últimos ingressos estão à venda no site da Eventim.

Ex-número 2 do mundo (2022), Paula Badosa é um dos grandes destaques de sua geração. Com seu estilo de jogo agressivo, a espanhola tem quatro títulos de WTA, incluindo o WTA 1000 de Indian Wells, o maior troféu de sua carreira. Os outros títulos vieram em Washington, Sydney e Belgrado. Paula tam-

bém foi semifinalista no Australian Open (2025) e no WTA Finals (2021).

Exemplo de superação, Badosa foi nomeada pela WTA a Comeback Player of the Year em 2024, prêmio dado à tenista que protagonizou a volta por cima mais expressiva da temporada. A espanhola superou uma longa pausa por lesão e retornou ao top 20 naquele ano, conquistando o título em Washington e subindo para a 12ª colocação.

“Estou muito feliz em confirmar minha participação no SP Open. Tenho lembranças muito especiais do carinho que recebi dos fãs brasileiros nas ve-

zes em que estive no país, e voltar ao Brasil depois de tantos anos será muito especial para mim. Estou animada para jogar em São Paulo pela primeira vez e viver essa energia incrível do público brasileiro”, disse Badosa.

Com uma legião de fãs brasileiros, a espanhola, que esteve na edição de 2016 do Rio Open e, no ano seguinte, em outros torneios pelo país, retornará ao Brasil pela primeira vez após nove anos.

“A Badosa é uma das jogadoras mais versáteis do circuito, com vitórias sobre todas das melhores tenistas do mundo na atualidade. Acredito que

ela tenha um perfil com o qual o público brasileiro se identifique, com uma mistura de talento e garra, que sempre a colo-

cou como uma das principais estrelas da WTA”, disse Luiz Carvalho, codiretor do torneio.

Jornal ODIA SP
TABELA JOGOS COPA DO MUNDO 2026

SEXTA-FEIRA 19 JUNHO 2026						
	EUA	X		Austrália	16:00	Primeira fase - Grupo D - Estádio de Seattle (Seattle)
	Escócia	X		Marrocos	19:00	Primeira fase - Grupo C - Estádio de Boston (Boston)
	Brasil	X		Haiti	21:30	Primeira fase - Grupo C - Estádio de Filadélfia (Filadélfia)

A MAIOR COPA DE TODOS OS TEMPOS! CANADÁ - EUA - MÉXICO O MUNDO INTEIRO EM CAMPO!

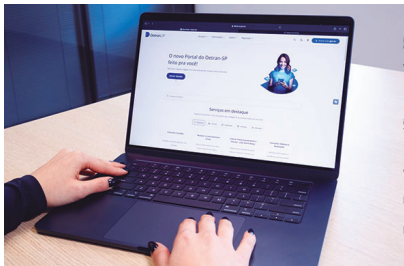
Estado de São Paulo supera 200 mil transferências digitais de veículos

Símbolo da transformação digital promovida pelo Detran-SP, a Transferência Digital de Veículos (TDV) superou nesta semana a marca de 200 mil operações concluídas. Lançado em março de 2024, o serviço simplifica a compra e venda de veículos ao permitir que toda a transação seja realizada online em até cinco minutos. Além da economia de tempo, a modalidade elimina gastos com intermediários, cartórios e deslocamentos. Desde sua implantação, estima-se que os cidadãos paulistas já economizaram cerca de R\$ 62 milhões.

A TDV permite que a transferência de propriedade seja realizada de qualquer lugar, pelo ce-

lular ou computador, por meio do portal ou aplicativos do Detran-SP e do Poupateempo. A operação é concluída em poucos minutos, sem qualquer intervenção humana. Para os cofres públicos, a economia estimada é de R\$ 4,4 milhões, resultado da redução de custos com infraestrutura e da otimização da mão de obra, que pode ser direcionada a outras atividades.

A agilidade do processo é resultado da integração simultânea de diversas bases de dados do Detran-SP e da Receita Federal, por exemplo, e do uso de inteligência artificial. Tecnologias avançadas permitem o preenchimento automático de informa-



Desde sua implantação, estima-se que os cidadãos paulistas já economizaram cerca de R\$ 62 milhões

ções, garantindo rapidez, precisão e segurança em cada etapa da operação entre comprador e vendedor. A campanha de massa lançada pelo Detran-SP no último dia 9 reforça justamente essa proposta: utilizar a tecnologia para facilitar a vida da população. "A burocracia é eliminada para dar lugar à praticidade. O foco na simplificação de processos e na melhoria da experiência do cidadão orienta a oferta de serviços digitais cada vez mais eficientes pelo Detran-SP, que, desde 2023, já

digitalizou 88 dos 109 atendimentos disponibilizados à população", afirma Vinícius Novaes, diretor de Veículos Automotores do Detran-SP.

Flexibilidade

A operação é viabilizada nos aplicativos do Detran-SP, Poupateempo, disponíveis nos sistemas operacionais iOS e Android, ou no portal do Detran-SP, e pode ser concluída em qualquer dia da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, das 6h às 22h.

Vendedor e comprador precisam ter conta GOV.BR, selo Prata ou Ouro. A transação é validada com reconhecimento facial de quem vende e de quem compra. Para que a transferência seja efetivada, o veículo deve estar sem restrições judiciais ou administrativas e possuir o ATPV-e (Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo) no formato digital. Débitos como IPVA e multas podem ser pagos duran-

te o próprio serviço. Além disso, o laudo de vistoria veicular deve estar aprovado e ter sido emitido por uma empresa credenciada nos últimos 60 dias.

A TDV é totalmente rastreada e está disponível para todos os cidadãos paulistas. Mais informações podem ser consultadas no portal: <https://detran.sp.gov.br/tdv/>.

O serviço do Governo de SP já venceu o prêmio internacional 2024 Gartner Eye on Innovation Awards for Government (Gartner de olho na inovação entre os governos, em tradução livre), promovido pela Gartner, a maior consultoria mundial de tecnologia. Além da Gartner, o bom desempenho da TDV chamou a atenção de outras premiações: o prêmio Agilidade Brasil, do Agile Trends GOV 2024; e o Troféu HDI 2024, do qual a TDV foi finalista na categoria Iniciativa de TI ao Cidadão. (Agência Brasil)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Não será o futebol vencer jogos na Copa Fifa 2026 que trará o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo pra política no maior parlamento municipal do Brasil e América Latina

PREFEITURA (São Paulo)

Não será o futebol vencer jogos na Copa Fifa 2026 que trará o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo pra política na maior prefeitura municipal do Brasil e América Latina

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Não será o futebol vencer jogos na Copa Fifa 2026 que trará o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo pra política no maior parlamento estadual do Brasil e América Latina

GOVERNO (São Paulo)

Não será o futebol vencer jogos na Copa Fifa 2026 que trará o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo pra política na maior governança estadual do Brasil e América Latina

CONGRESSO (Brasil)

Não será o futebol vencer jogos na Copa Fifa 2026 que trará o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo pra política nos maiores Senado e Câmara Deputados(as) na América Latina

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Não será o futebol vencer jogos na Copa Fifa 2026 que trará o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo pra política na maior presidência da República na América Latina

PARTIDOS (Brasil)

Não será o futebol vencer jogos na Copa Fifa 2026 que trará o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo pra política em todas as legendas [Pessoas Jurídicas de Direito Privado]

JUÍZAS (Brasil)

Não será o futebol vencer jogos na Copa Fifa 2026 que trará o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo pra política no maior Poder Judiciário de toda a América Latina

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "E foi-lhe dado o domínio, e a honra, e o reino, para que todos os povos, nações e línguas o servissem; o seu domínio é um domínio eterno, que não passará, e o seu reino, o único que não será destruído" Daniel 7,14

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filiais: Curitiba / PR

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Feirão de Emprego no PAT do Imigrante oferece mais de 400 vagas para refugiados e imigrantes nesta sexta (19)

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo, por meio do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), participa do Mutirão de Emprego no CIC do Imigrante, promovido em comemoração ao Dia Mundial do Refugiado. A ação será realizada nesta sexta (19), das 10h às 15h, na sede do CIC do Imigrante, na capital paulista, e disponibilizará 404 vagas de emprego para refugiados, imigrantes e demais interessados em ingressar ou retornar ao mercado de trabalho. Os interessados devem comparecer ao local com currículo atualizado e documentos pessoais. O mutirão tem como objetivo facilitar o acesso às oportunidades de emprego, promover a inclusão social e incentivar a autonomia financeira de refugiados, imigrantes e demais trabalhadores em busca de recolocação profissional. As oportunidades estão abertas para jovens a partir dos 18 anos e a faixa salarial chega a três salários mínimos. Entre as empresas participantes estão o Grupo Yamam, Grupo Pão de Açúcar (GPA), Top Service e Lukton Brasil, que somam 404 oportunidades de emprego durante o evento. Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) são uma rede de atendimento do Governo do Estado de São Paulo que concentra serviços gratuitos à população, sendo centros de referência das políticas públicas de geração de emprego e renda. Os PATs contam com mais de 200 unidades, presentes em todas as regi-



Os interessados devem comparecer ao local com currículo atualizado e documentos pessoais

ões do estado. Desde 2023, os PATs ofertaram mais de 1,2 milhão de vagas de emprego. (Governo de SP)

Campanha do Agasalho 2026 arrecada doações em unidades da USP na capital

Quem tem agasalhos e calçados (adulto e infantil), mantas e cobertores em bom estado para doação pode participar da Campanha do Agasalho 2026 e entregar os itens em pontos de coleta no campus da USP, no bairro do Butantã, em São Paulo. Os pontos de arrecadação estão no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG), no Instituto de Geociências (IGC), no Instituto de Energia e Ambiente (IEE), no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e no Centro de Práticas Esportivas da USP (Cpeusp).

As doações podem ser feitas até o dia 26 de junho, e no IAG até o final de julho. O que for ar-



As peças devem estar em bom estado de conservação, lavadas e acondicionadas em sacolas

recadado será encaminhado ao Projeto Casa Caminhos e a organização Entrega por SP. Com a chegada do inverno e a queda das temperaturas, a campanha busca ampliar a arrecadação de itens essenciais para garantir mais conforto e proteção a pessoas e famílias atendidas pelas instituições beneficiadas.

As peças devem estar em bom estado de conservação, lavadas e acondicionadas em sacolas. A recomendação é que os itens estejam prontos para uso, contribuindo para que a triagem e a distribuição às pessoas atendidas pelas instituições beneficiadas ocorram de forma mais rápida e eficiente. (Governo de SP)

Além das festas juninas: milho, amendoim e mandioca são destaque no agro paulista



Junho chegou e, com ele, as tradicionais festas juninas, marcadas por danças, bandeirinhas e uma grande variedade de pratos típicos. Entre os protagonistas das comemorações estão três ingredientes que fazem parte da história e da identidade alimentar do Brasil: milho, amendoim e mandioca. Além de garantirem sabor às receitas, eles oferecem importantes benefícios nutricionais para a saúde.

Presentes em preparações como canjica, bolo de fubá, pé-de-moleque, paçoca, tapioca e

nerais e compostos biotivos que auxiliam na manutenção da saúde", explica Katly Evillim Sousa, nutricionista da Diretoria de Segurança Alimentar, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA).

Além dos benefícios nutricionais e da presença marcante na culinária brasileira, esses ingredientes têm grande relevância para a agricultura paulista. Segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), o milho está entre os dez principais produtos cultivados no estado, com produção estimada de 3,6 milhões de toneladas na safra 2024/25. São Paulo também lidera a produção nacional de amendoim, sendo responsável por 86% do volume produzido no país e registrando uma produção anual superior a 700 mil toneladas. Já a mandioca mantém papel importante no campo paulista, com produção próxima de 1,6 milhão de toneladas por ano.

Para ampliar o acesso da população a informações sobre alimentação saudável, a Diretoria de Segurança Alimentar disponibiliza gratuitamente uma série de publicações que reúnem conteúdo técnico, histórico, cultural e gastronômico sobre alimentos produzidos no estado de São Paulo.

Entre elas está a coleção Agro SP na Mesa, que conta com volumes dedicados ao milho, ao amendoim e à mandioca. As publicações apresentam curiosidades, informações nutricionais, formas de consumo, receitas e orientações que incentivam a diversificação alimentar e valorizam produtos importantes para a agricultura paulista. Além desses títulos, a coleção reúne mais de 30 publicações sobre segurança alimentar, aproveitamento integral dos alimentos e combate ao desperdício, fortalecendo o acesso da população a conteúdos de educação alimentar e nutricional. (Governo de SP)

Comitê de Política Monetária reduz taxa Selic para 14,25% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu na quarta-feira (17) em 0,25 ponto percentual a Taxa Selic, que passará de 14,50% para 14,25% ao ano.

Esta é a terceira vez consecutiva que o comitê reduz os juros. O BC utiliza a Selic, os juros básicos da economia, como um instrumento para reduzir o ritmo da atividade econômica e, com isso, tentar controlar a inflação. Quando o juro sobe ou fica alto por muito tempo, o crédito encarece, ficando mais caro para quem compra no cartão, nas parcelas de produtos e no financiamento de imóveis, levando a uma perda de força no consumo.

Quando há redução, a perspectiva é de estímulo para a economia e de um menor risco de descontrolar nos preços.

Na reunião anterior, em abril, o comitê apontou como justificativa para um ritmo menor na queda dos juros as incertezas sobre os desdobramentos dos conflitos geopolíticos no Oriente Médio e as expectativas para inflação em alta por período mais prolongado.

De junho de 2025 a março

deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos.

O Copom iniciou o corte dos juros em março, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificultou a queda da taxa.

Consequências do conflito

O Copom apontou a permanência de incertezas sobre os termos do acordo para cessar os conflitos armados no Oriente Médio e as consequências dos efeitos já materializados desses conflitos como determinantes para a decisão de cortar a taxa de juros.

Segundo a instituição, o cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambiente marcado por elevação da volatilidade de preços de ativos e commodities.

“No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o Comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços,

essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego”, disse o Copom em comunicado.

Em relação ao ambiente doméstico, o comitê disse que o conjunto dos indicadores mostra aceleração da atividade econômica no primeiro trimestre do ano, “com setores mais cíclicos voltando a desempenhar papel significativo, e mercado de trabalho ainda com sinais de resiliência.”

Nesse cenário, as expectativas de inflação cheia aceleraram, distanciando-se da meta para a inflação, inclusive superando o limite superior da banda, com projeções de inflação para 2026 e 2027, apuradas pela pesquisa Focus, situando-se em 5,30% e 4,10%, respectivamente.

A meta para a inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o período iniciado em janeiro de 2025 é 3%, com intervalo de tolerância de menos 1,50 ponto percentual e mais 1,50 ponto percentual, isto é, de 1,50% a 4,50%.

“O comitê segue acompanhando como os desenvolvimen-

tos da política fiscal doméstica impactam a política monetária e os ativos financeiros, reforçando a postura de cautela em cenário de maior incerteza”, diz o comunicado.

Segundo o comitê, os indicadores correntes de atividade econômica mostram recuperação em relação ao último trimestre de 2025, mantendo-se consistentes com uma trajetória de desaceleração no acumulado de 2026, mas que o cenário segue sendo marcado por “expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, e pressões no mercado de trabalho”.

O comitê informou ainda que o tamanho total do ajuste dos juros dependerá dos próximos dados econômicos, com o objetivo de garantir que a inflação volte à meta.

“Nessas condições, o Comitê avalia que trajetórias alternativas garantindo a convergência da inflação à meta no primeiro trimestre de 2028, o horizonte relevante a partir de sua próxima decisão, são compatíveis com a suavização na variação dos agregados macroeconômicos”, disse o Copom. (Agência Brasil)

Brasileira
Maurício Picazo Galhardo



Então olhei para o Brasil e vi o campo...

- Quero saber apresenta:

“... TRIGO/CEPEA: as incertezas relacionadas ao clima e à rentabilidade da cultura continuam desestimulando os produtores brasileiros a ampliar os investimentos e a área destinada ao cultivo de trigo. Nesse contexto, projeções oficiais já apontam para uma expressiva redução na produção nacional em 2026. Segundo dados da Conab, a estimativa é que a produção de trigo no Brasil atinja 6,3 milhões de toneladas em 2026, representando uma queda de 1,4% em comparação à projeção feita em maio do mesmo ano e um expressivo recuo de 20% frente à safra de 2025.

- A área plantada de trigo diminuiu?

- A produtividade também?

- O Brasil consome cerca de 12 a 13 milhões de toneladas de trigo/60 kg por pessoa ao ano?



A área plantada pode somar 2,12 milhões de hectares, o que corresponde a uma redução de 1,1% em relação à estimativa anterior e de 13,4% se comparada à temporada passada. Já a produtividade média esperada é de 2,974 toneladas por hectare, apresentando uma leve queda de 0,4% frente ao mês anterior e um declínio de 7,6% em relação à safra de 2025...” Por hoje é isto. Boa semana e até a próxima Brasileira.

Economia brasileira cresceu 0,1% em abril, estima prévia da FGV

Mesmo em um cenário de juros elevados e choque de preço do barril do petróleo, a economia brasileira cresceu 0,1% na passagem de março para abril. Já na comparação com abril de 2025, houve avanço de 1,8%.

As estimativas fazem parte do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), divulgado na quinta-feira (18).

No trimestre móvel terminado em abril (fevereiro/março/abril), houve crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período do ano passado. No acumulado de 12 meses, a expansão foi de 2%.

A pesquisa retine dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária e apresenta estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), indicador do conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país.

A economista Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, aponta que a alta de 0,1% mostra uma economia estável, embora tenha enfrentado obstáculos internos

e externos.

“A maior parte dos componentes da economia teve desempenho positivo, indicando certa resiliência em meio ao cenário de juros elevados e aumento do preço do barril do petróleo, como uma das consequências da guerra no Oriente Médio”, disse.

Juros e guerra

Em praticamente todo o mês de abril, a Taxa Selic, taxa básica de juros da economia, esteve em 14,75%. O patamar elevado é uma estratégia do Banco Central (BC) para conter inflação. Quanto maior o juro, menor o incentivo ao consumo, forçando queda ou elevação mais suave dos preços.

No fim do mês, o BC cortou 0,25 ponto percentual (p.p.) da taxa. Movimento repetido na quarta-feira (17), deixando a Selic em 14,25%.

A cautela do BC na velocidade de dois cortes de juros tem a ver com o cenário externo citado pela economista do Ibre. A guerra no Irae elevou o preço do barril do petróleo em todo o mundo, o que

se refletiu no encarecimento de combustíveis como o óleo diesel e a gasolina.

O governo brasileiro tomou medidas para tentar conter o aumento de preços, como corte de tributos e subsídio a produtores e importadores de combustível.

Sectores do PIB

O Monitor do PIB estimou que, no trimestre móvel terminado em abril, o consumo das famílias cresceu 2,6% na comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo o maior patamar de alta desde o trimestre terminado em fevereiro de 2025.

As exportações tiveram crescimento de 9,3%, com cerca de 60% desse desempenho devido “ao bom desempenho das exportações de produtos da indústria extrativa, que cresceram 27,8% no trimestre móvel findo em abril”.

A chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede o investimento na economia, como compras de máquinas e equipamentos, teve expansão de 0,7% no trimestre móvel.

Foi a primeira expansão depois de recuo nos quatro trimestres móveis imediatamente seguidos.

O estudo estima que a taxa de investimento da economia em abril foi de 18%.

De acordo com a FGV, em termos monetários, o PIB acumulado no ano até abril, em valores correntes, é estimado em R\$ 4,376 trilhões.

Resultado oficial

O Monitor do PIB é um dos estudos que servem como termômetro da economia brasileira. Outro levantamento é o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na última quarta-feira (17), que indicou expansão de 0,5% na passagem de março para abril e de 1,6% em 12 meses.

O resultado oficial do PIB é apresentado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No primeiro trimestre, a economia cresceu 1,1%.

A próxima divulgação será em 1º de setembro, com dados do segundo trimestre de 2026. (Agência Brasil)

Govto vai manter pagamento do Bolsa Família a quem está na fila do BPC após acordo

O governo federal vai manter o pagamento do Bolsa Família a quem está na fila do BPC (Benefício de Prestação Continuada), benefício assistencial liberado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A medida ocorre após acordo entre o MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) e a DPU (Defensoria Pública da União).

O documento foi assinado na quarta-feira (17). Não foram fornecidos dados de quantos cidadãos estariam nesta situação. Números do INSS indicam que 30% da fila inicial de pedidos se referem ao BPC, o que dá cerca de 657,3 mil em maio.

O Bolsa Família é uma renda assistencial no valor mínimo de R\$ 600. Há ainda outros adicionais conforme a situação da família, se tem membros menores de idade na escola, gestantes ou mulheres que amamentam. O BPC também é uma renda assistencial no valor de um salário-mínimo, paga a pessoas acima de 65 anos e pessoas com deficiência em qualquer idade consideradas em vulnerabilidade social.

O acordo surgiu após processo da DPU sobre mudanças nas regras do BPC, que passaram a considerar a renda do Bolsa Família no cálculo para o valor per capita que garante o benefício assistencial. Para ter o BPC, é preciso ter renda de até um quarto do salário-mínimo por pessoa da família.

Em documento entregue ao governo, o Comitê Temático Especializado Renda Básica de Cidadania do órgão aponta soluções para o problema. Segundo o relatório, o INSS registrou média de 150 mil novos requerimentos mensais de BPC em 2025, “impulsionados pelo empobrecimento pós-pandemia, pelo envelhecimento populacional e pela precarização das relações de

trabalho”. A DPU diz ainda que a reforma da Previdência de 2019 também estaria entre os fatores agravantes, já que trouxe regras mais duras para a aposentadoria. O problema se agravou quando o INSS passou a contar a renda do BPC na hora de fazer o cálculo da renda por pessoa da família que dá direito ao benefício. É preciso receber até um quarto do salário-mínimo per capita.

“Desde a publicação da Portaria Conjunta MDS/INSS nº 34/2025, a Defensoria Pública da União passou a receber volume crescente de demandas individuais e coletivas relacionadas ao indeferimento de BPC em razão do cômputo do Bolsa Família como renda”, diz o documento da DPU.

Além disso, a fila de requerimentos teve alta mais acentuada no ano passado. Até 30 de novembro de 2025, a fila de pedidos de BPC atingiu 933 mil pedidos. Desse total, 13% (aproximadamente 125 mil) estavam disponíveis para análise. Dentre os demais, 79% (cerca de 740 mil requerimentos) estavam aguardando a adequação sistêmica para o novo cálculo da renda familiar de decreto 12.534/2025.

A mudança nas regras ocorre após articulação de vários órgãos, incluindo o INSS. Segundo a DPU, a nota técnica solicitando a mudança de cálculo foi apresentada em março deste ano.

“Entre a desistência do Bolsa Família e a conclusão do processo de BPC que envolve análise administrativa, avaliação social e, em muitos casos, perícia médica, a família mergulha em um limbo de vulnerabilidade financeira. Se o BPC for indeferido, o que ocorre com frequência especialmente em perícias de deficiência, a família terá perdido sua única fonte de subsistência”, afirma o texto. (Folhapress)

Entidades consideram insuficiente redução da taxa Selic

A redução de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros da economia, a Selic, foi considerada insuficiente por entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para as representações da indústria e dos trabalhadores, o corte nos juros é incapaz de reverter “o quadro de estagnação dos investimentos” e não atende “às necessidades urgentes do país e do povo brasileiro”.

A decisão de reduzir a Selic de 14,50% para 14,25% ao ano foi anunciada na quarta-feira (17) pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC).

Para a CNI, a redução não contribui para a reversão da asfixia financeira das empresas e das famílias.

“Enquanto os juros reais continuam tão elevados, beneficiando diretamente o capital especulativo, o custo do crédito vai seguir inviabilizando os planos

de produção e expansão da indústria. Da mesma forma, a medida de baixa eficácia em aliviar o orçamento das famílias, das empresas e do próprio governo, que seguirão estrangulados pelo serviço da dívida, adiando a retomada do consumo e do investimento e a superação do fantasma da inadimplência”, disse o presidente da CNI, Ricardo Alban.

A CNI avalia que, diante do acordo entre Estados Unidos e Irã para o fim da guerra, haveria espaço para o Banco Central intensificar o ciclo de cortes da Selic na próxima reunião.

“O provável fim do conflito já impacta na queda do preço do petróleo — elemento que vinha pressionando os custos das cadeias produtivas globais. Ao retirar o principal componente de pressão sobre a expectativa de preços e juros, há um ambiente mais favorável para uma flexibilização monetária”, completou Alban.

Para a CUT, principal central

sindical do país, a redução é tímida e não atende às necessidades urgentes do país e do povo brasileiro. Segundo a entidade, a política monetária do BC ignora os sinais positivos da economia brasileira e de alívio no cenário internacional, como a recente queda no preço do petróleo.

“Manter os juros nesse patamar absurdo continua sufocando o setor produtivo, encarecendo o crédito e penalizando diretamente a classe trabalhadora, que segue pagando à conta da lógica do rentismo”, diz comunicado da central.

A CUT disse ainda que a redução de apenas 0,25% pontos na taxa de juros expõe os limites e os perigos do atual modelo de autonomia do Banco Central, que mantém o país refém da especulação financeira.

“Taxas de juros reais tão elevadas drenam recursos públicos que deveriam financiar a saúde, a educação e a infraestrutura,

destinando-os para o pagamento da dívida com os grandes detentores de capital. O desenvolvimento nacional e a geração de empregos de qualidade exigem um corte contundente da taxa de juros, e não mais uma concessão ao mercado”, disse a CUT.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) considera positiva a redução da taxa Selic, mas diz que é necessário que o movimento tenha continuidade.

Segundo a entidade, o nível dos juros ainda impõe desafios relevantes à atividade econômica e à retomada dos investimentos. “A continuidade do processo de flexibilização monetária é uma sinalização positiva para a economia. No entanto, a Selic ainda permanece em um patamar restritivo, o que encarece o crédito, adia decisões de investimento e dificulta um crescimento econômico mais consistente”, afirmou o economista-chefe da CBIC, Ieda Vasconcelos. (Agência Brasil)

Receita paga lote especial de restituição automática em julho

A Receita Federal pagará, em 15 de julho, um lote especial de restituição automática do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A medida contempla contribuintes que tiveram imposto retido na fonte ao longo de 2024, mas não se enquadraram nos critérios de obrigatoriedade de entre-

ga da declaração.

A consulta poderá ser feita a partir do dia 8 de julho, por meio do serviço Meu Imposto de Renda, no site ou no aplicativo da Receita Federal.

O pagamento será feito exclusivamente em conta vinculada à chave Pix do tipo CPF.

O lote especial é destinado a contribuintes que não precisaram declarar, mas tiveram imposto retido em 2024. Serão pagas restituições de até R\$ 1 mil. Cerca de 4 milhões de pessoas podem ser contempladas nessa iniciativa piloto, com liberação aproximada de R\$ 500 milhões em restituições.

Em nota, a Receita Federal informou que a geração das declarações está ocorrendo de forma gradual desde segunda-feira (15), “podendo se estender por alguns dias, considerando o volume estimado de cerca de 4 milhões de contribuintes”. (Agência Brasil)

Gilmar Mendes propõe súmula para conter pautas-bomba no Congresso

Criadora da Coronavac anuncia plano de US\$ 100 milhões para atuar no Brasil

A Sinovac, empresa de origem chinesa responsável pela Coronavac, primeira vacina contra a Covid-19 usada no Brasil, planeja investir US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 520 milhões) no país ao longo dos próximos cinco anos. O objetivo é estabelecer uma operação local voltada tanto à produção de vacinas quanto a atividades mais amplas na área de biotecnologia, afirma Dimas Covas, cientista-chefe de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da companhia no Brasil.

Anunciados pelo menos desde 2024, os desembolsos devem ganhar forma. "Estamos propondo o inverso do que aconteceu até agora. As companhias saem do Brasil, nós vamos voltar e estar presentes de fato, com uma empresa de biotecnologia", diz Covas.

Em entrevista ao programa C-Level, Covas, a cargo do Instituto Butantan durante toda a pandemia, afirmou que a Sinovac pretende produzir no Brasil duas vacinas—contra a raiva humana e a varicela (catapora)—por meio de um acordo já firmado com o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar). Inicialmente, os imunizantes são importados, enquanto o Tecpar assume gradualmente a produção.

Segundo Covas, a transferência de tecnologia já está em andamento, em um processo que deve ser concluído em até dez anos, conforme previsto no acordo de parceria (PDP). "Essa velocidade pode ser até mais rápida, dependendo do parceiro e dos investimentos que o governo fizer", afirma.

Pelo acordo, o Tecpar investirá em infraestrutura e pessoal, enquanto a Sinovac fornecerá o conhecimento técnico necessário para a produção. Atualmente, o instituto produz cerca de 20 milhões de doses anuais da vacina contra a raiva animal, experiência que será útil, diz, na fabricação da versão humana.

Há pouco mais de um ano no Brasil, a Sinovac tem seis funcionários contratados, além de prestadores de serviço. A empresa avalia instalar sua fábrica no interior de São Paulo, com Ribeirão Preto e Campinas entre as opções em estudo.

Segundo Covas, o Brasil é peça central de uma estratégia maior da companhia para ampliar sua presença em toda a América Latina. Batizado de Projeto Amazon, o plano busca reproduzir na biotecnologia a presença que a China já sustenta em setores como energia e transporte.

"A Sinovac já tem acordos com a Colômbia, onde está iniciando a construção de uma grande fábrica de vacinas. Há um acordo preliminar com Chile e Argentina. O Brasil, pela sua dimensão, deve liderar esse processo", afirma.

Questionado sobre o risco de a Sinovac chegar ao Brasil com tecnologias consideradas ultrapassadas—como a Coronavac, baseada em vírus inativado, em contraste com as vacinas de RNA mensageiro—, Covas diz que as coisas não são assim.

"A vacina da dengue é atenuada. A de varicela também. Embora a tecnologia tenha mais de 40 ou 50 anos, ainda domina as vacinas. Se fala em RNA a partir de 2022 e hoje não é só para vacinas. A oncologia, por exemplo, é provavelmente a área que mais deve se beneficiar dessa tecnologia. Queremos atuar nessa área e isso é fundamental para a sobrevivência da companhia. Se a companhia não olha para o futuro, desaparece", afirma.

Covas também destaca o impacto da inteligência artificial no desenvolvimento de novos produtos. "Ela permite que se gere protótipos de vacinas em uma velocidade inimaginável. A China está lá na frente, já ultrapassou os EUA nesse sen-

tido. Temos que entrar nessa onda, senão vamos ficar para trás também."

Para ele, a liderança chinesa em biotecnologia é resultado de uma estratégia de longo prazo. "Quando se fala que a China é uma potência—e é, talvez, a maior potência em biotecnologia do mundo—é porque isso começou como política de Estado há 30 anos. Nós ainda estamos patinando nesse terreno."

Ao analisar o cenário brasileiro, Covas afirma que o país, o sexto maior mercado farmacêutico do mundo, é ineficiente para transformar produção científica em produtos e soluções para a população. Segundo ele, o ambiente público de ciência, tecnologia e desenvolvimento é "uma experiência ainda medieval".

"Nossa tradição é toda europeia. Universidades e centros de pesquisa foram importados da Europa tardiamente. Temos um passado enorme de modelos que não são os mais eficientes no momento. E a consequência disso é que na área de saúde o Brasil tem um déficit de mais de US\$ 20 bilhões, totalmente dependente de produtos, insumos e equipamentos. Isso se associa a outro movimento perverso que é a desindustrialização", afirma.

Para avançar na inovação, o investimento prioritário deve ser na formação de capital humano. Segundo ele, o governo brasileiro tem clareza sobre as prioridades, mas não tem coordenação. "O Ministério da Ciência e Tecnologia não coordena com o Ministério da Indústria, com o Ministério da Saúde, com a iniciativa privada. Falta inteligência ao sistema. O brasileiro é trabalhador, criativo, produzimos muitos artigos científicos. Só que, quando olhamos para a inovação, estamos no fim da curva."

Ao olhar para trás, Covas rejeita críticas tanto à adoção da Coronavac quanto ao desenvolvimento da ButanVac, projeto de vacina nacional que não avançou além dos testes clínicos.

Segundo ele, a Coronavac foi fundamental em um momento de escassez global de imunizantes, enquanto deixou de produzir a Butanvac teria sido uma decisão estratégica do país.

Professor aposentado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, Covas assumiu a direção do Instituto Butantan em 2017, durante o governo Geraldo Alckmin, permanecendo no cargo nas gestões de João Doria e Rodrigo Garcia.

Sobre possíveis irregularidades investigadas em contratos sem licitação que somam R\$ 161 milhões feitos pela Fundação Butantan com uma empresa fornecedora de um software, reveladas pela Folha em 2022, Covas diz que o Butantan precisava de um sistema de gestão.

"Hoje já eu superada essa questão. Foram feitos processos administrativos na Corregedoria do Estado que já foram arquivados. O Ministério Público fez também uma investigação que foi arquivada. O processo que continua aberto no tribunal é de acompanhamento, porque é um processo de longo tempo de instalação. A questão da inexigibilidade foi afastada", diz.

Se ele se preocupa com eventuais resistências ideológicas à expansão de uma empresa chinesa na área da saúde no Brasil? Covas afirma que a Sinovac é uma companhia privada, listada na Nasdaq, embora mantenha vínculos naturais com o governo chinês.

"Não vejo muitas dificuldades neste momento. Pode haver mudança política. Durante a pandemia, nós vivemos isso. A China foi muito maltratada. A vacina foi muito maltratada. Por questões político-ideológicas, né?"

O ministro Gilmar Mendes enviou na quarta-feira (17) ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, uma proposta de súmula para fixar o entendimento da Corte sobre a aprovação de pautas-bomba pelo Congresso Nacional.

A proposta está baseada em julgamentos sobre o tema e pretende consolidar o entendimento de que leis que concedem benefícios fiscais sem compensação financeira são inconstitucionais.

A medida foi proposta após

o ministro da Fazenda, Dario Durigan, se reunir com os dois ministros para demonstrar preocupação com a aprovação de matérias grande impacto fiscal pelo Congresso.

A súmula é uma tese jurídica que deve nortear os julgamentos de ações em todo o país que tratam de aumento de gastos. O entendimento também deverá ser levado em conta em atos normativos dos Três Poderes nas esferas federal, estadual e municipal.

"O art. 113 do Ato das Disposi-

ções Constitucionais Transitórias aplicase à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sendo inconstitucional a lei ou ato normativo que crie ou altere despesa obrigatória, conceda benefício fiscal ou implique renúncia de receita sem prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro, bem como sem a indicação das respectivas medidas compensatórias, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal", diz o texto da súmula.

Caberá a Fachin marcar o

julgamento da tese, que precisará ser avaliada pelos demais ministros da Corte e pode sofrer alterações.

Na semana passada, o Senado aprovou uma "pauta-bomba", que pode ter grande impacto nas contas do governo federal.

Os senadores autorizaram a renegociação de dívidas de produtores rurais afetados por eventos climáticos e geopolíticos, como a guerra no Irã.

O impacto da aprovação pode chegar a R\$ 140 bilhões em dez anos. (Agência Brasil)

Apple libera sistema de pagamentos em aplicativos no Brasil após acordo com o Cade

A Apple passa a permitir, nesta quinta-feira (18), no Brasil, formas alternativas de pagamento dentro de aplicativos, e a distribuição de apps por lojas concorrentes à App Store, em mudanças que são resultado de um acordo firmado com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Pelas novas regras, desenvolvedores poderão oferecer meios próprios de pagamento para a compra de bens e serviços digitais dentro dos aplicativos, além de incluir links para sites externos onde as transações poderão ser concluídas, o que hoje é vedado. A empresa também permitirá que aplicativos para iPhones sejam distribuídos por lojas alternativas à App Store, algo que até então também era restrito à loja oficial da companhia.

As mudanças decorrem de um acordo homologado pelo Cade em dezembro de 2025, no âmbito de uma investigação sobre práticas

anticorrecionais da Apple no ecossistema do iPhone.

O órgão de defesa da concorrência questionava se a empresa se beneficiava ilegalmente ao exigir o uso de sua loja de aplicativos e de seu sistema próprio de pagamentos para compras digitais realizadas em apps. Como parte do compromisso, a companhia concordou em permitir meios alternativos de pagamento e lojas concorrentes à App Store no Brasil.

Em comunicado, a Apple disse que continuará exigindo mecanismos de autenticação dos aplicativos e autorização prévia para lojas alternativas, argumentando que as novas modalidades de distribuição e pagamento ampliam riscos de fraude, golpes, malware e violações de privacidade.

A decisão não envolve, no entanto, o pagamento via Pix na Apple Pay. Segundo pessoas ligadas à empresa, diálogos ainda estão em andamento com o Ban-

co Central e com o Cade.

As mudanças também alteram a estrutura de taxas cobradas pela Apple dos desenvolvedores de aplicativos. Hoje, a empresa fica com até 30% do valor de compras digitais realizadas por meio de seu sistema de pagamentos. Com as novas regras, a comissão máxima na App Store cairá para 21%, enquanto pequenos desenvolvedores e algumas categorias específicas poderão pagar 10%.

Quem continuar utilizando o sistema de pagamentos da Apple terá ainda uma taxa adicional de 5% pelo processamento das transações.

A investigação no Cade teve origem em uma denúncia do Mercado Livre, que questionava a sistema fechado da empresa.

A abertura do sistema de pagamentos representa uma alteração relevante no modelo de negócios da Apple. Até agora, compras de bens e serviços digitais realizadas dentro de aplicativos

precisavam utilizar o sistema da própria empresa, sobre o qual incidiam comissões cobradas dos desenvolvedores.

Com as novas regras, usuários brasileiros poderão optar por sistemas de pagamento de terceiros, enquanto desenvolvedores ganham mais liberdade para processar transações fora da infraestrutura da companhia.

A abertura do ecossistema brasileiro segue movimento semelhante ao adotado pela Apple na União Europeia. Desde 2024, a companhia é obrigada a permitir lojas alternativas de aplicativos e meios de pagamento concorrentes no iPhone para cumprir regras do Digital Markets Act, legislação europeia voltada a ampliar a concorrência em mercados digitais. As mudanças anunciadas para o Brasil reproduzem boa parte dessas medidas, embora com uma estrutura própria de taxas e comissões. (Folhapress)

Voos de helicóptero no Rio têm demanda impulsionada por turismo e operação do petróleo

A operação petrolífera na costa do Rio de Janeiro e a demanda de turismo impulsionam o tráfego aéreo por helicópteros no estado. Foram 81 mil movimentações em 11 aeródromos entre janeiro e maio deste ano.

O tráfego tem crescido no Brasil com um todo e atingiu nos primeiros cinco meses deste ano 160 mil pousos e decolagens com aeronaves do gênero, 3,7% a mais do que o mesmo período do ano passado. Trata-se de uma alta que consolida a tendência observada no mês de agosto 2021, quando houve 104 mil registros.

Os dados contabilizados pelo CGNA (Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea), da FAB (Força Aérea Brasileira) levam em consideração a operação em aeródromos e não contabiliza a movimentação entre heliportos públicos e privados, o que faz com que os registros relativos a São Paulo apontem 32 mil pousos e decolagens em 19 aeródromos neste ano. O estado tem a maior frota de helicópteros do país.

O aeroportos de Jacarepaguá, na zona sudeste do Rio, região onde ocorreu a colisão entre dois helicópteros que deixou seis pessoas mortas, lidera a circulação desse tipo de aeronave, conforme a base da FAB.

Foram 42 mil pousos e decolagens de janeiro a maio, quase o triplo do tráfego no aeroporto do Campo de Marte, na zona norte da capital paulista e que reúne a segunda maior movimentação de helicópteros no Brasil, com pouco mais de 15 mil.

Pilotos e especialistas em aviação civil ouvindo pela Folha destacam a influência do petróleo na aviação fluminense. "Os tripulantes das plataformas offshore [em alto-mar] fazem um revezamento quinzenal, e esse deslocamento é feito através de helicópteros de grande porte", diz Alexandre Faro, coordenador do curso de aviação civil da Universidade Anhembi Morumbi.

"Há também os casos de emergência, quando alguém passa mal, por exemplo. Se isso acontece, uma aeronave tem de se

deslocar até a plataforma da mesma maneira", complementa.

Os três pontos de decolagem mais próximos às plataformas da Bacia de Campos, Jacarepaguá, na capital, além de Campos dos Goytacazes e Macaé, no norte fluminense? estão entre os terminais que mais movimentam essas aeronaves.

O Rio também tem o maior número de ocorrências envolvendo helicópteros, com 64% dos casos em 2025 e 2026, cálculo que considera a soma dos incidentes, casos de menor gravidade, e de acidentes, os mais graves.

O último deles se deu no domingo (14), quando dois helicópteros colidiram no ar e caíram no pátio de uma concessionária BYD no Recreio dos Bandeirantes. Todas as seis pessoas a bordo das duas aeronaves morreram, entre as quais o cantor americano Oliver Tree, que estava em turnê internacional.

Um dos helicópteros se dirigia a Angra dos Reis, no litoral sul fluminense, e o outro à região serrana do Rio para buscar passageiros.

Além do petróleo, há também o fator do turismo. "Temos hoje cerca de 20 empresas que fretam voos turísticos no Rio. São Paulo tem uma das maiores frotas de helicópteros do mundo, mas o uso é acima de tudo para voos executivos. Tanto que há mais heliportos", afirma André Paiva Melo, dono da escola de aviação civil Paiva Aviation, no Rio.

Segundo ele, o próprio mercado que freta voos turísticos por helicópteros é mais acessível aos pilotos. "É uma das portas de entrada", afirma, "até porque são necessárias 500 horas de voo para operar uma aeronave offshore".

O tráfego aéreo com helicópteros difere bastante daquele relacionado a aviões porque a maioria deles opera sob regime visual. Isso significa que o piloto tem de estar a tempo todo atento ao lado de fora para conduzir a aeronave, o que também exige boas condições climáticas.

No caso do avião, que opera

em maiores altitudes, a movimentação se dá por radares e outros equipamentos que guiam a aeronave mesmo que o piloto não tenha a visibilidade ambiental adequada.

"Há corredores de tráfego por helicóptero, e aeronaves que trafegam sobre eles têm, por exemplo, de voar a até 3 mil pés de altitude e manter uma visibilidade superior a um quilômetro, além de se manter afastado de núvens e garantir uma velocidade adequada", disse Aroldo Soares, mestre em segurança de voo pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica).

Controlador de tráfego aéreo durante 35 anos, ele diz que a crescente demanda por helicópteros acompanha a expansão das companhias aéreas no país e que o Brasil tem uma das melhores regras por isso. "O Brasil tem o caso um pouco diferente do resto do mundo".

Além do regime de tráfego visual, as regras da Anac (Agen-

cia Nacional de Aviação Civil) também dispensam à maioria dos helicópteros a exigência de ter dispositivos anticolisão. Segundo o órgão, o instrumento só é obrigatório às aeronaves que tenham mais de 19 assentos.

Para Soares, contudo, este não é necessariamente um problema porque "no mundo, no geral, não existe essa exigência". A frota brasileira só perde para a de outros Estados Unidos, que, por sua vez, também dispensa o dispositivo.

Isso não significa que a regulamentação não possa ser melhorada, afirma. Em Nova York, por exemplo, o centro de tráfego aéreo só autoriza a decolagem se o helicóptero for equipado com dois motores. São aeronaves consideradas mais seguras para áreas densamente povoadas por isso. "O Brasil tem um caso um pouco diferente do resto do mundo". (Folhapress)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO—PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 100400-22.2024.26.0101. CVJ1. MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. DR. RENATO MORENO, na forma da Lei nº. FAZ 548/87 e PERSERVENÇA MAD DE OBRAS ESPECIAIS, CNPJ 2527094000197, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento de Avaliação Livre por meio de Condomínio ECT, obrigando que a ação seja julgada por decisão única, considerando a re na obrigação de fazer consistente em desenvolver os valores pagos pela Autora, bem como ao pagamento de juros e honorários advocatícios. Dele o valor da causa é de R\$ 200.000,00. Encerrando-se o rito em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para em ato e termo da ação comparecer e pagar o valor devido, sob pena de ser nomeado curador especial. Caso não compareça, a ação será julgada por decisão única, em favor da Autora, sob pena de ser nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei nº. SP 200/19.

EDITAL DE CITAÇÃO—PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 100400-22.2024.26.0101. CVJ1. MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. DR. MARCELO BASSERRE MELLO DE GODOY, na forma da Lei nº. FAZ 548/87 e PERSERVENÇA MAD DE OBRAS ESPECIAIS, CNPJ 2527094000197, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento de Avaliação Livre por meio de Condomínio ECT, obrigando que a ação seja julgada por decisão única, considerando a re na obrigação de fazer consistente em desenvolver os valores pagos pela Autora, bem como ao pagamento de juros e honorários advocatícios. Dele o valor da causa é de R\$ 200.000,00. Encerrando-se o rito em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para em ato e termo da ação comparecer e pagar o valor devido, sob pena de ser nomeado curador especial. Caso não compareça, a ação será julgada por decisão única, em favor da Autora, sob pena de ser nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei nº. SP 200/19.

EDITAL DE CITAÇÃO—PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 000115-22.2024.26.0101. CVJ1. MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL II—SANTA ANA, Estado de São Paulo. DR. MARCELO BASSERRE MELLO DE GODOY, na forma da Lei nº. FAZ 548/87 e PERSERVENÇA MAD DE OBRAS ESPECIAIS, CNPJ 2527094000197, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento de Avaliação Livre por meio de Condomínio ECT, obrigando que a ação seja julgada por decisão única, considerando a re na obrigação de fazer consistente em desenvolver os valores pagos pela Autora, bem como ao pagamento de juros e honorários advocatícios. Dele o valor da causa é de R\$ 200.000,00. Encerrando-se o rito em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para em ato e termo da ação comparecer e pagar o valor devido, sob pena de ser nomeado curador especial. Caso não compareça, a ação será julgada por decisão única, em favor da Autora, sob pena de ser nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei nº. SP 200/19.

EDITAL DE CITAÇÃO—PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 100400-22.2024.26.0101. CVJ1. MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. DR. ANDRÉ SALGADO LAFRANCO, na forma da Lei nº. FAZ 548/87 e PERSERVENÇA MAD DE OBRAS ESPECIAIS, CNPJ 2527094000197, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento de Avaliação Livre por meio de Condomínio ECT, obrigando que a ação seja julgada por decisão única, considerando a re na obrigação de fazer consistente em desenvolver os valores pagos pela Autora, bem como ao pagamento de juros e honorários advocatícios. Dele o valor da causa é de R\$ 200.000,00. Encerrando-se o rito em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para em ato e termo da ação comparecer e pagar o valor devido, sob pena de ser nomeado curador especial. Caso não compareça, a ação será julgada por decisão única, em favor da Autora, sob pena de ser nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei nº. SP 200/19.



Governo cria política nacional para estudantes com altas habilidades

Internacional

Brasil e Quênia defendem parcerias com China em meio a críticas do G7



Chamados para participar da cúpula do G7, na França com convidados, o Brasil e o Quênia saíram em defesa das parcerias que países não desenvolvidos firmam com a China, em meio às críticas dos líderes das potências ocidentais contra Pequim.

Um dos documentos do encontro aponta que a economia do gigante asiático estaria “desequilibrando” a economia internacional, prejudicando, além da Europa, os Estados Unidos (EUA).

Em reunião com os presidentes do G7, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Quênia, William Samoei Ruto, defenderam que as parcerias com a China são de interesses dos países latino-americanos e africanos, uma vez que Pequim tem oferecido acordos tidos como vantajosos do ponto de vista econômico.

O presidente Lula afirmou aos líderes do G7 que aquilo que eles veem como uma ameaça, que é a economia chinesa, os países não desenvolvidos veem como uma oportunidade.

Lula argumentou que, atualmente, quem mais faz investimentos na África, e na América Latina são os chineses, enquanto os europeus e os norte-americanos não têm aparecido tanto para competir com Pequim.

O G7 é o grupo de países considerado mais desenvolvidos do planeta, com França, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos (EUA), Japão, Itália e Canadá. Participaram como convidados no encontro desta semana, além do Brasil e Quênia, os representantes da Índia, Coreia do Sul e Egito.

Por sua vez, o presidente queniano defendeu, frente aos chefes de Estado do G7, que a China era o parceiro que o país tinha, sendo melhor ter Pequim como parceiro do que não ter.

Nos últimos 20 anos, a África tem aproveitado a ascensão econômica da China para perseguir o próprio desenvolvimento econômico, em especial, por meio de parcerias na construção de infraestruturas de transporte, energia e indústrias.

Na América Latina, a China se tornou, ao longo dos últimos anos, o principal parceiro comercial da maioria dos países da região. Nesse cenário, a atual governo dos EUA vem reafirmando que Washington deve afirmar a “proeminência” na América Latina frente a crescente influência chinesa.

Desequilíbrio macroeconômico

Em um dos documentos que saiu do G7, o que trata dos desequilíbrios da economia

mundial, as potências ocidentais apontam que a China, com superávit de US\$ 1,2 trilhão em 2025, e consumo “cronicamente” baixo, estaria prejudicando a balança comercial, tanto dos EUA, quanto da Europa.

“O aumento dos déficits e superávits excessivos em conta corrente reflete uma dinâmica de crescimento cada vez mais desequilibrada na China, na União Europeia (UE) e nos Estados Unidos (EUA)”, diz o texto do G7.

O grupo ainda expressou preocupação “crescente” com “desequilíbrios em setores mais específicos, como terras raras, veículos elétricos e outros” da China. Pequim tem liderado o comércio nesses setores.

O documento do G7 ainda critica a desvalorização do renminbi (RMB), a moeda chinesa, o que estaria favorecendo as exportações chinesas no comércio global.

“A China responde por quase toda a valorização efetiva real do euro desde 2021”, diz o documento, acrescentando que “uma maior flexibilidade na taxa de câmbio do RMB ainda seria desejável”.

China comenta

Questionado por jornalistas em relação a críticas do G7 sobre o setor de terras raras e minerais críticos da China, o porta-voz do ministério das relações exteriores do país afirmou que as práticas chinesas estão de acordo com as normas internacionais.

“Exortamos o G7 a observar com seriedade os princípios da economia de mercado e as regras do comércio internacional, e a parar de perturbar a ordem comercial internacional com regras criadas por um pequeno grupo”, afirmou Lin Jian, na quinta-feira (18).

Brasil assina três documentos do G7

Dos nove documentos firmados no G7, o Brasil assinou três, sendo eles: o que abordou medidas de combate ao câncer; o sobre a proteção de crianças e adolescentes nas redes sociais; e de o combate ao narcotráfico, uma vez que o documento não associa o tráfico de drogas com o terrorismo.

O governo brasileiro entende que essa associação pode ser usada como pretexto para intervenções estrangeiras no país.

Os demais documentos não foram assinados pelo Brasil porque, na visão do Palácio do Planalto, os textos produzidos contêm uma “visão de mundo” própria do G7, diferente do que um país não desenvolvido poderia concordar. (Agência Brasil)

O governo federal sancionou na quinta-feira (18) a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação. A Lei nº 15.436 cria também o cadastro nacional voltado a esse público.

A finalidade é assegurar a identificação precoce, o desenvolvimento integral e a inclusão plena de alunos com altas habilidades no sistema educacional brasileiro.

O texto inclui ainda aqueles com dupla excepcionalidade — quando a superdotação existe junto com outras condições, como transtornos do neurodesenvolvimento ou deficiências.

Dados do Censo Escolar de 2025 registraram cerca de 56 mil estudantes formalmente identificados com altas habilidades ou superdotação.

Atendimento
Entre as principais medidas, a lei determina que os sistemas de ensino ofereçam atendimento

educacional especializado, por meio de ações complementares à escolarização regular, como: programas de enriquecimento curricular; aceleração de estudo; agrupamento de estudantes por áreas de interesse.

A norma prevê progressão educacional flexível, ao permitir avanços por disciplina ou área do conhecimento, além da possibilidade de aceleração integral da trajetória escolar. As medidas devem considerar o ritmo de aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo e socioemocional de cada estudante.

Cadastro nacional
O Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação ficará sob responsabilidade do Ministério da Educação.

A finalidade é mapear e acompanhar a trajetória educacional desses alunos, para subsidiar a formulação e avaliação de políti-



Foto: Rovenna Rosa/ABr

cas públicas. Esse banco de dados será alimentado com informações de censos educacionais e outras bases oficiais, respeitando a legislação de proteção de dados.

Participação
A adesão à política será voluntária para estados, Distrito Federal e municípios, mediante

formalização com o governo federal. Nos casos de adesão, a União poderá oferecer apoio técnico e financeiro para implementação das ações, conforme disponibilidade orçamentária.

O financiamento das iniciativas poderá incluir fontes como fundos da educação e programas de investimento público. (Agência Brasil)

Congresso inclui política e direitos da cidadania no currículo escolar

O senado federal aprovou na tarde da quarta-feira (17) o Projeto de Lei nº 4.088/2023 que inclui “educação política e direitos da cidadania” como componente curricular obrigatório da educação básica.

A proposta não indica em que ano os novos conteúdos serão estudados e qual o perfil dos docentes que ministrarão a disciplina.

O PL altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu Artigo 26 (Parágrafo Nono). A lei de 1996 já previa que os cur-



Foto: Rovenna Rosa/ABr

riculos da educação infantil, do ensino fundamental e do

ensino médio deveriam abranger estudos sobre a realidade

social e política do Brasil.

A mudança na LDB foi proposta originalmente pela deputada Renata Hellmeister de Abreu (Podemos-SP) e aprovada na Câmara dos Deputados em agosto de 2023.

A matéria foi aprovada em votação simbólica (turno único) em sessão plenária semipresencial. O PL recebeu apenas um voto contrário, do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e a vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (Agência Brasil)

Sala de situação articula preparação do país para o “Super El Niño”



O governo federal instalou uma Sala de Situação Interministerial para preparar respostas e gerenciar possíveis desastres provocados pelo “Super El Niño”, previsto para afetar diferentes regiões do país a partir de julho. A estrutura é coordenada pela Casa Civil e conta com participação do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

Em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, produzido pelo Canal Gov, emissora da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o ministro do MIDR, Waldez Góes, apresentou na quinta-feira (18) as ações de mitigação do fenômeno no Brasil. Góes destacou que a sala de situação criada unifica os esforços de 20 ministérios e demais órgãos.

“O Brasil está preparado permanentemente, está em vigilância e mobilizado permanentemente para dar respostas à sociedade”.

O El Niño é um fenômeno climático que afeta o planeta quando as temperaturas da superfície do Oceano Pacífico superam a média em mais de 2°C. Neste ano, meteorologistas alertam para uma intensidade ainda maior desse aquecimento.

No Brasil, os impactos do El Niño costumam incluir: secas severas na Amazônia e no Nordeste; chuvas intensas nas regiões Sul e Sudeste; temperaturas elevadas no Centro-Oeste; possibilidade de aumento das queimadas no bioma do Pantanal.

Articulação
A estrutura da Sala de Situação permite o acionamento de recursos extraordinários e o planejamento integrado de ações envolvendo as Forças Armadas,

Policia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), estados e municípios.

Já órgãos de monitoramento, como o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), fornecem dados técnicos continuamente.

“Temos um plano de contingência, um plano de enfrentamento e também todo um nivelamento a nível de governo federal e uma comunicação muito intensa e permanente com os estados e municípios. É muito frequente, às vezes, dependendo da situação, reuniões até diárias. Damos, também, um espaço semanal para nos reunirmos com os atores locais do território”, explicou na entrevista.

O ministro destacou que a comunicação também é capilarizada por meio de ministérios que têm políticas públicas específicas, como Saúde, Povos Indígenas e de Direitos Humanos e Cidadania, que mantêm canais diretos e escuta ativa com atores e lideranças de comunidades locais.

Planos de contingência

O governo federal alertou que a eficiência da tecnologia depende diretamente da organização, por meio de um plano de contingência ativo que seja conhecido pela população. “Não podemos dar um alerta extremo a uma comunidade sem que aquela comunidade já tenha tido o mínimo contato com aquele tipo de serviço público.”

A liderança local — envolvendo prefeituras, escolas, igrejas, imprensa regional e comunicadores locais — deve garantir que as rotas de fuga estejam devidamente sinalizadas e que os abrigos públicos estejam estruturados, antes que os desastres climáticos.

“Já deve ter a sinalização daquela área que será atingida, a orientação do local mais seguro onde as pessoas devem se abrigar. O apoio institucional, não só das pessoas, mas também dos objetos no local para retirá-los”, completou o ministro.

Defesa Civil Alerta

O ministro destacou o Defesa Civil Alerta, ferramenta que utiliza o sistema de transmissão via telefonia celular para o envio de alertas de emergência, com o objetivo de prevenir e mitigar os impactos causados por desastres.

O sistema opera de forma independente de cadastros prévios do cidadão ou até mesmo do pagamento da conta telefônica. “Se é uma área de risco, se vai acontecer algum evento, a gente se utiliza da Defesa Civil Alerta para informá-los.”

O conteúdo dos alertas é de responsabilidade das defesas civis de estados e municípios e aparece na tela do smartphone.

“O telefone das pessoas vai travar. Mesmo que esteja assistindo a um filme no YouTube, o alerta vai chegar. Nós não dependemos de cadastramento nem de conta paga para a mensagem chegar ao cidadão”, disse o ministro.

A classificação técnica estabelecida pela Defesa Civil do evento climático varia conforme o nível de gravidade e risco de ocorrência de desastres naturais e eventos climáticos extremos, como enchentes, deslizamentos de terras e desabamentos de construções. São eles:

alerta severo: funciona como um primeiro aviso de alta relevância e é emitido quando há tempo hábil para que a população tome medidas preventivas e se prepare para deixar a área de risco se as condições piorarem; alerta extremo: é o comando definitivo de evacuação imediata do local e para que o cidadão

se dirija ao abrigo mais próximo.

Durante a entrevista à emissoras de rádio, o ministro explicou que o acionamento da ferramenta deve seguir critérios rigorosos para evitar a banalização do canal.

“O sistema Defesa Civil Alerta tem que ser utilizado em casos muito específicos. A gente não pode banalizá-lo. Ele não pode ser utilizado em todas as situações de eventos [climáticos].”

Segundo o ministro, a tecnologia é complementar às já existentes, como as mensagens da Defesa Civil via SMS e os avisos que aparecem automaticamente na tela da TV por assinatura durante a programação.

Cultura do Risco

Por fim, o ministro convocou a sociedade civil e os entes públicos a consolidarem o que chamou de cultura do risco no Brasil, um esforço conjunto que envolve a atuação do poder público e do setor privado e a conscientização do cidadão.

O ministro defende que o risco de desastres naturais deve ser encarado de forma antecipada, integrando as esferas local, regional e nacional, para mitigar o impacto de eventos extremos diante da imprevisibilidade e da velocidade com que os fenômenos climáticos têm se manifestado no país.

Uma das ferramentas práticas destacadas para a consolidação dessa mentalidade da cultura de risco é a realização periódica de exercícios simulados de evacuação.

“Os municípios que estão em zonas de maior risco devem fazer a simulação para comunidade, criando a cultura de lidar com o risco. Se passaram dez anos sem ter problemas, beleza! Mas se acontecer, já está internalizado em cada cidadão [o protocolo].”

Góes ressalta ainda que, quando a autoridade da defesa civil emitir um alerta na tela do celular — seja ele Severo ou Extremo —, a reação de busca por abrigo deve ser automática.

“Se uma autoridade emite um alerta, tem que respeitar. Para isso, o cidadão tem que conhecer, conviver, tem que participar e aprender a lidar com aquilo”, frisou o ministro. (Agência Brasil)